



MOBILIZAÇÃO. Ato está marcado para as 8h, na Praça do Centenário

Servidores realizam protesto

BLEINE OLIVEIRA
REPÓRTER

O governo pretende votar esta semana a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que estabelece um limite para os gastos públicos. Essa é a razão do protesto que servidores públicos federais e estaduais realizam hoje, em Maceió. O movimento sindical escolheu esta quarta-feira, 5, como o 'Dia Nacional de Lutas – Contra o desmonte do Estado'. Diversas categorias participarão do ato, marcado para começar às 8h, na Praça Centenário.

O movimento é convocado pelas centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que orientaram os sindicatos a pressionar os parlamentares a votarem contra a aprovação da PEC 241.

“Vamos dizer não à PEC

241 pela gravidade dessa proposta, que representa o congelamento dos serviços públicos, sobretudo nas áreas de educação e saúde”, disse a presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (Adufal), Ana Vergne. Por meio da assessoria de comunicação da entidade, ela afirma que as medidas do governo do presidente Michel Temer fazem retroceder as conquistas históricas do povo brasileiro.

A presidente da Adufal ressalta que não é uma greve, já que os professores estão convidados a participar do ato, na Praça do Centenário. Assim, confirma a Adufal, cada um pode optar entre engrossar as fileiras do movimento ou estar na sala de aula.

Entidades do funcionalismo público estadual, como os professores, polici-

ais civis, urbanitários, previdenciários e bancários, que já estão em greve, vão participar do ato de hoje, como mais uma ação rumo à greve geral nacional, prevista para a segunda quinzena deste mês.

Já os servidores do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), a antiga Escola Técnica, fizeram ontem um ato pelo Dia Nacional por uma Escola Sem Mordada, promovendo um bate-papo com os alunos. A atividade foi realizada no campus Maceió e deve se repetir hoje, nas unidades pelo interior.

A Medida Provisória 746, que propõe a reforma do Ensino Médio, foi tema da conversa, uma ação organizada pelo setor pedagógico e pelos professores da Coordenação de Ciências Humanas (CCH) e de Linguagens e Códigos, com o apoio do Sintiet-

fal. A MP 746 altera regras curriculares e de funcionamento do Ensino Médio.

Uma das principais mudanças, que têm gerado polêmica em todo País, é a que torna facultativo o ensino de Arte, Educação Física, Sociologia e Filosofia. “Essa reforma do Ensino Médio tira o direito à educação de qualidade para todos. O governo quer estabelecer dois tipos de escola, uma que tem amplitude de conhecimentos para os filhos dos ricos e abastados, e uma escola minimalista para os pobres e os trabalhadores, que não têm condições de pagar”, disse a pedagoga Vânia Galdino, do Ifal, por meio da assessoria de comunicação do Sintetfal.

Os professores discutiram com os estudantes formas de luta contra o que definem como “caráter autoritário” da MP 746. ●